

VII CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGO DE JUIZ FEDERAL
SUBSTITUTO DA 1ª REGIÃO

1ª PROVA ESCRITA

- MARQUE A ÚNICA ALTERNATIVA CORRETA -

1. A busca pela integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina é:
- A) uma opção da diplomacia brasileira; ✓
 - B) uma estratégia em apoio ao MERCOSUL;
 - C) princípio por que se deve reger a República Federativa do Brasil nas suas relações internacionais;
 - D) compromissos resultantes dos Pactos Andino e de Costa Rica
2. A dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa constituem, dentre outros, para a República Federativa do Brasil:
- A) objetivos precípuos;
 - B) opções prioritárias;
 - C) estratégias de governo;
 - D) fundamentos.
3. É defesa a extradição de brasileiros, salvo:
- A) a de naturalizado envolvido em ato de terrorismo, mesmo se após a naturalização;
 - B) a de cidadão, nato ou naturalizado, em caso de crime comum considerado hediondo ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins;
 - C) a de naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização;
 - D) a de naturalizado, somente na hipótese de comprovado envolvimento em tráfico de entorpecentes de qualquer natureza.
4. A legitimidade para a propositura de ação popular que vise, por exemplo, anular ato lesivo ao meio ambiente é:
- A) de brasileiros e estrangeiros residentes no país;
 - B) reconhecida também a entidades de defesa do meio ambiente;
 - C) exclusiva de cidadãos brasileiros que sejam eleitores; ✓
 - D) conferida exclusivamente a brasileiros, sem maiores condições ou exigências.

5. O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por:
- A) partido político devidamente registrado na justiça eleitoral;
 - B) qualquer organização sindical que abranja a jurisdição de, pelo menos, mais de um município;
 - C) entidade de classe mediante prévia aprovação por assembléia geral, tendo a maioria absoluta dos seus membros como **quorum** mínimo para a decisão;
 - D) entidade sindical ou de classe, em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa do interesse dos seus membros ou associados.
6. A organização e a manutenção do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal são:
- A) de competência do Distrito Federal;
 - B) de competência da União;
 - C) fixadas pela Lei Orgânica do Distrito Federal;
 - D) de competência do Distrito Federal e ou da União, conforme dispuser lei complementar.
7. Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis:
- A) somente a brasileiros;
 - B) a brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei e a estrangeiros, na forma da lei;
 - C) a brasileiros natos, salvo os casos expressos em lei com relação aos naturalizados;
 - D) a brasileiros e estrangeiros, sem qualquer distinção, na forma isonômica constitucionalmente assegurada.
8. O estabelecimento de alíquotas mínimas nas operações internas dos Estados e do Distrito Federal, mediante resolução de iniciativa de um terço e aprovada pela maioria absoluta dos seus membros, é faculdade:
- A) do Congresso Nacional,
 - B) do Senado;
 - C) das Assembléias Legislativas dos respectivos Estados ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal, conforme a pessoa jurídica de direito público interno interessada;
 - D) de iniciativa privativa da Câmara dos Deputados.

9. Quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade, expressas no respectivo plano diretor (este obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes), a propriedade urbana:

- A) cumpre sua função social;
- B) só pode ser desapropriada mediante prévia desafetação;
- C) não pode ser tombada;
- D) não pode ser objeto de desapropriação.

10. As limitações ao poder de tributar são reguladas:

- A) exclusivamente pelo Código Tributário Nacional;
- B) por lei ordinária, ainda que de caráter especial;
- C) por lei complementar;
- D) por resoluções específicas do Congresso Nacional.

11. A Constituição assegura que nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao salário mínimo:

- A) trata-se de norma auto-aplicável;
- B) muito embora se trate de norma auto-executável, no essencial revela pontos carentes de regulamentação;
- C) trata-se de norma cujo cumprimento depende da criação de fonte de custeio, até porque nenhum benefício previdenciário pode ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio;
- D) trata-se de mera norma programática.

12. A Constituição prescreve que o ensino obrigatório e gratuito é direito subjetivo público. Tal ensino é:

- A) o noturno regular, adequado às condições do educando;
- B) o fundamental;
- C) o elementar e o médio;
- D) o ensino superior, nas instituições oficiais de ensino.

13. Nas terras por eles ocupadas, aos índios cabe:

- A) a propriedade;
- B) a simples posse direta;
- C) mera ocupação, como se comodato fora;
- D) o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos.

14. Os fundos existentes em 5 de outubro de 1988, excetuados os resultantes de isenções fiscais que passariam a integrar o patrimônio privado e os de interesse da defesa nacional, tiveram sua extinção decretada, ressalvados tão-só:

- A) os ratificados pelo Senado Federal no prazo de cinco anos, da data da Constituição;
- B) os convalidados pelo Congresso Nacional, no prazo de quatro anos;
- C) os ratificados expressamente por meio de convênio celebrado entre a União, Estados e particulares interessados, no prazo de cinco anos;
- D) os ratificados pelo Congresso Nacional dentro do prazo de dois anos, contados da data da Constituição.

15. Presidente de Clube de Futebol não efetuou o recolhimento à União do imposto de renda retido na fonte, anteriormente descontado sobre os salários de seus funcionários e atletas, embora existissem recursos em caixa para tanto. Em realidade, deu outra destinação a tais recursos. Diante disso, a administração tributária:

- A) pode exigir o tributo do presidente, por ser caso exposto de responsabilidade por solidariedade, relativa a administrador de bens de terceiro;
- ? B) pode exigir o tributo do presidente, por ser responsabilidade pessoal do agente, que operou com infração à lei de regência e ao estatuto social;
- C) não pode exigir o tributo do referido presidente, eis que a responsabilidade, no caso, é da pessoa jurídica isoladamente;
- D) pode exigir o tributo do presidente, eis que se trata de hipótese de substituição de responsabilidade, por dano decorrente de atuação funcional.

16. Lei editada pelo Município de Goiânia, em 1999, versando sobre o regime jurídico de seus servidores, em seu art. 112, concedeu remissão do imposto predial e territorial urbano, para os créditos relativos aos exercícios de 1994 a 1997, lançados contra servidores paraplégicos do Município, cujo total não exceda R\$ 20 000,00 (vinte mil reais). Esse dispositivo é:

- A) constitucional, por atender aos princípios da isonomia e da capacidade contributiva;
- ? B) inconstitucional, por vulnerar o princípio da vedação de privilégios;
- C) inconstitucional, por não ter sido a remissão feita por lei municipal específica, que regulasse exclusivamente tal extinção do crédito tributário;
- D) constitucional, em face de o Município ter exercitado a sua competência constitucional.

17. O princípio constitucional que veda o estabelecimento de discriminação tributária, entre bens e serviços, em razão de sua procedência, ou destino, dirige-se a (aos):

- ? A) União, Estados, Distrito Federal e Municípios;
- B) União, Estados e Distrito Federal;
- C) Estados e Distrito Federal;
- (D) Estados, Distrito Federal e Municípios.

18. Se a legislação do imposto sobre produtos industrializados atribuir, expressa e diretamente, a responsabilidade pelo seu pagamento a terceira pessoa, vinculada ao fato gerador, distinta do contribuinte, tem-se a ocorrência de:

- A) substituição tributária;
- B) solidariedade passiva;
- C) transferência da sujeição passiva;
- D) responsabilidade de terceiro.

19. Além da progressividade, o imposto de renda é informado pelos critérios da:

- A) seletividade e generalidade;
- B) uniformidade e universalidade; ✓
- C) não-cumulatividade e pessoalidade;
- D) generalidade e universalidade. ✓

20. A empresa pública exploradora de atividade econômica, em face da Constituição Federal, deve ter o regime tributário:

- A) de imunidade, relativa aos impostos que incidam sobre o seu patrimônio, renda e serviços;
- B) de imunidade, relativa aos impostos que incidam sobre a renda, o patrimônio e os serviços, vinculados a suas finalidades essenciais ou delas decorrentes;
- C) imunidade, relativa aos impostos e contribuições que incidam sobre o patrimônio, a renda e os serviços, vinculados às suas atividades essenciais;
- D) próprio das empresas privadas.

21. A determinação da natureza jurídica de um tributo é feita, baseando-se especificamente em:

- A) destinação e base de cálculo;
- B) fato gerador e destinação;
- C) base de cálculo e fato gerador;
- D) fato gerador e lançamento.

22. A fixação da contribuição para o custeio do sistema confederativo da representação sindical será feita, mediante:

- A) lei complementar;
- B) assembleia geral da respectiva categoria profissional;
- C) lei ordinária;
- D) decreto.

23. João da Silva omitiu-se da apresentação da declaração de rendimentos do imposto de renda da pessoa física, no exercício de 1997, e do seu respectivo pagamento, embora não tenha sido submetido à fiscalização tributária. Em 15 de fevereiro de 1999, apresentou requerimento à Secretaria da Receita Federal, acompanhado da declaração de rendimentos anteriormente omitida, propondo-se a pagar o correspondente imposto, tão logo a citada instituição comunicasse o tributo devido. Para usufruir dos benefícios da denúncia espontânea, o comportamento do contribuinte:

- A) está correto, cumprindo à administração fornecer ao contribuinte o valor do imposto devido, para que, então, possa pagá-lo;
- B) está incorreto, pois o contribuinte, juntamente com o pedido, deveria ter feito prova do pagamento do tributo devido e dos juros de mora correspondentes ao atraso;
- C) está incorreto, pois o contribuinte deveria já ter feito o pagamento do imposto devido, juros e multa de mora, por ocasião da apresentação do citado requerimento;
- D) está correto, cumprindo à administração tributária apurar previamente o valor do tributo devido, acompanhado do montante de juros de mora e da multa de mora.

24. Não se faz integração da legislação tributária, segundo o Código Tributário Nacional, utilizando-se do (a) (s):

- A) analogia;
- B) costumes;
- C) equidade;
- D) princípios gerais de direito.

25. Os produtos industrializados, submetidos à exportação, estão, no âmbito do IPI, sob a regência do regime de:

- A) isenção;
- B) imunidade;
- C) não incidência legal;
- D) alíquota zero.

26. Lei do ICMS, editada pelo Estado de Rondônia, publicada em 2 de fevereiro do corrente ano, estabeleceu a revogação da isenção atribuída à "madeira cerrada e aparelhada nas operações que a destinem a outros Estados da Federação". Essa Lei produzirá efeitos:

- A) a partir do exercício financeiro seguinte;
- B) após o transcurso do prazo nonagesimal, contado a partir da sua publicação;
- C) no exercício de 1999;
- D) após o decurso de 30 dias, contados da publicação.

27. Em matéria de responsabilidade dos sucessores, é correto afirmar que são pessoalmente responsáveis:

- A) o legatário, pelos tributos devidos pelo **de cujus** até a data do seu falecimento, limitada a responsabilidade ao montante do legado;
- B) o espólio, pelos tributos devidos pelo **de cujus** até a data da abertura da sucessão;
- C) o inventariante, integralmente, pelos tributos devidos pelo espólio e pelo **de cujus**;
- D) o cônjuge meeiro, pelos tributos devidos pelo **de cujus** até a data do seu falecimento.

28. A competência atribuída pela Constituição Federal à União, aos Estados e ao Distrito Federal para legislar sobre normas gerais de direito tributário, classifica-se como:

- A) concorrente;
- B) comum;
- C) privativa;
- D) residual.

29. Lei nova do imposto sobre produtos industrializados fixou em 2% e 10%, respectivamente, a alíquota do óleo diesel e da gasolina. Sob o ponto de vista constitucional, essas alíquotas são:

- A) constitucionais, pois atendem ao princípio da seletividade em função da essencialidade;
- B) constitucionais, eis que tais produtos são industrializados e estão sujeitos ao citado imposto;
- C) inconstitucionais, eis que tais produtos estão submetidos ao imposto de exportação e imposto de importação;
- D) inconstitucionais, eis que tais produtos são submetidos no mercado interno ao ICMS.

30. Lei nova do imposto de renda, publicada no Diário Oficial de 5 de fevereiro de 1999, suprimiu determinada infração prevista na sua legislação. Infração desse tipo, ocorrida no ano-calendário de 1997, foi descoberta pela Fiscalização, que, em 3 de fevereiro de 1999, efetuou o lançamento e aplicou ao responsável a respectiva penalidade. A notificação do lançamento realizou-se, também, em 3 de fevereiro de 1999. Na impugnação, tempestiva, do lançamento, ocorrida em 1º de março de 1999, foi requerido que a referida exigência fosse considerada insubsistente, em face da lei nova, dispondo a respeito. Tem-se, assim, que a solução correta para o caso é o:

- A) indeferimento do pedido, mantendo-se a penalidade, eis que a Constituição consagra o princípio da irretroatividade da lei tributária;
- B) indeferimento do pedido, pois o lançamento se reporta à lei vigente à época da infração;
- C) deferimento do pedido, pois o caso não teve ainda decisão definitiva, aplicando-se a lei nova que tenha eliminado a infração, retroativamente;
- D) deferimento do pedido, eis que a lei nova mais benigna do que a anterior, sempre tem aplicação retroativa, em qualquer caso.

31. Nas decisões dos órgãos públicos colegiados prevalece a vontade:
- A) do voto vencedor, como se fosse até uma decisão unipessoal,
 - B) expressa da maioria, devendo, contudo, integrar a decisão final, também, a posição minoritária,
 - C) da maioria, expressa na forma legal, regimental e estatutária,
 - D) da maioria absoluta, em qualquer hipótese.
32. É pacífico que a administração pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos, anulá-los quando eivados de vícios que os tornem ilegais ou, ainda, revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, o que se inscreve no princípio da:
- A) auto-executoriedade,
 - B) autotutela,
 - C) discricionariedade,
 - D) razoabilidade.
33. Em matéria de controle jurisdicional dos atos administrativos:
- A) estão excluídos os atos discricionários,
 - B) nos atos discricionários o juiz pode examinar apenas o aspecto da competência do agente,
 - C) alcança todos os aspectos da legalidade, excluída a valoração quanto a sua oportunidade,
 - D) o juiz pode adentrar no mérito se considerar manifesta a inconveniência de sua manutenção. ✓
34. Os atos de polícia administrativa inscrevem-se no:
- A) **jus gestionis,**
 - B) **jus commune,**
 - C) **jus imperii,**
 - D) **jus dispositivum.**
35. Ao ato que se antepõe a outro, para a sua própria realização, diz-se:
- A) ato complexo,
 - B) ato composto,
 - C) ato constitutivo,
 - D) ato-condição.
36. A avocação, expressamente prevista na legislação, é ato que se inscreve no poder:
- A) de supervisão,
 - B) hierárquico, ✓
 - C) discricionário, ✓
 - D) de controle.

37. A designada Teoria dos Motivos Determinantes, em síntese, expressa que:
- A) o ato administrativo deve claramente consignar sua fundamentação legal;
 - B) o ato administrativo não pode dispensar os **consideranda**, a indicarem sua motivação;
 - C) o motivo do ato administrativo deve evidenciar compatibilidade com a situação fática que o gerou;
 - D) mesmo os atos discricionários devem indicar sua fundamentação legal.
38. A propósito do contrato administrativo pode-se afirmar:
- A) constitui gênero do qual o contrato de administração é espécie;
 - B) na relação jurídica há sempre um sujeito administrativo;
 - C) em atenção ao princípio do **pacta sunt servanda** goza da garantia da imutabilidade;
 - D) obedece a normas gerais estabelecidas para a administração direta ou centralizada, posto que as demais manifestações da administração têm normas de regência própria.
39. O ato de tombamento tem por escopo a proteção do patrimônio cultural brasileiro e funda-se em que tal patrimônio está sujeito:
- A) ao domínio eminente do Estado;
 - B) ao domínio útil do Estado;
 - C) ao poder expropriatório, posto que implica em autêntica desapropriação;
 - D) às regras das chamadas servidões administrativas em geral.
40. Para que a responsabilidade civil seja imputada ao servidor, impõe-se que:
- A) seja comprovado que ele agiu com culpa civil, ou seja, por meio de conduta dolosa ou culposa no sentido estrito;
 - B) haja dano, independente de dolo ou culpa;
 - C) ele tenha agido fora de suas funções específicas;
 - D) esteja prevista a possibilidade em regulamento.
41. A permissão e a concessão, como prestação de serviços públicos, expressam:
- A) simples ato de delegação legal, por isto que são discricionárias e precárias;
 - B) delegação negocial;
 - C) descentralização administrativa;
 - D) desconcentração administrativa.
42. Uma edificação, conhecida comumente como Mercado, destinada à venda de quaisquer produtos, colocada pelo Estado à disposição do público, constitui:
- A) bem de uso comum do povo;
 - B) simples concessão do direito real de uso;
 - C) bem dominical ou do patrimônio disponível;
 - D) bem de uso especial.

43. Sinésio, Tício, Mélvio e Tibúrcio combinaram entre si, aproveitando as viagens constantes de Tício à Colômbia, que o mesmo traria, em cada viagem, 2kg de cocaína na mala e entregaria a Sinésio que, juntamente com Mélvio e Tibúrcio, venderia a mercadoria em São Paulo e no Rio de Janeiro. Os quatro responderão:

- A) pelo crime de importar e vender substância entorpecente (art.12 da Lei n. 6.368/76), com a causa de aumento de 1/3 a 2/3 da pena (art. 18, incisos I e III, da mesma Lei), em virtude da associação e por se tratar de tráfico internacional;
- B) pelo crime de importar e vender substância entorpecente (art.12 da Lei n. 6.368/76), com a causa de aumento de 1/3 a 2/3 da pena (art. 18, inciso I, da mesma Lei), em virtude de se tratar de tráfico internacional, em concurso material com o crime de quadrilha ou bando (C. Penal, art. 288);
- C) pelo crime de importar e vender substância entorpecente (art.12 da Lei n. 6.836/76), com a qualificadora de se tratar de tráfico com o exterior (art.18, inciso I, da mesma Lei), em concurso material com o crime de associação (art.14 da citada Lei);
- D) pelo crime de importar e vender substância entorpecente (art.12 da Lei n. 6.836/76), com a qualificadora de se tratar de crime de tráfico com o exterior (art.18, inciso I, da mesma Lei).

44. Consoante precedente do egrégio STF, podemos afirmar que:

- I- é possível, com base unicamente na avaliação subjetiva da gravidade em abstrato do tipo infringido, impor regime mais severo que o correspondente, em princípio, à pena aplicada ao crime;
- II- é possível o concurso material entre o crime de tráfico de entorpecentes (art.12 da Lei n. 6.368/76) e o crime de sonegação fiscal ou crime contra a ordem tributária (Lei n.8.137/97), quando, por exemplo, envolver sociedade comercial organizada com lucros vultosos obtidos no comércio criminoso, subtraídos à contabilização regular;
- III- a fuga com a coisa em poder do ladrão, não descaracteriza o crime de roubo consumado, ainda que o proprietário da coisa, cessada a violência e após início da fuga, consiga retomá-la, em virtude de perseguição imediata e contínua (sem interrupção);
- IV- mesmo que se trate de criminoso habitual, que fez do crime profissão, é de se reconhecer a figura do crime continuado;
- V- levando em conta que se consideram, por ficção do legislador, como um único delito, as diversas condutas incriminadas na forma de crime em continuidade delitiva (crime continuado), na hipótese de conflito de leis penais no tempo, ou seja, executada parte das ações delituosas na vigência de **lex mitior** e findo o restante já na vigência de **lex gravior**, aplica-se o princípio da retroatividade da **lex gravior**.

São corretas as afirmativas:

- A) I, III e V;
- B) II, III e V;
- C) I, IV e V;
- D) II, IV e V.

45. Em matéria de prescrição penal podemos afirmar:

- I- no período do **sursis** não flui o lapso prescricional;
- II- o **quantum** da pena concretizada em sentença transitada em julgado para a acusação, e posteriormente anulada, não pode ser excedido, e, assim, inviabilizar a prescrição retroativa;
- III- uma vez executada por inteiro a pena privativa de liberdade e declarada extinta por decisão judicial, não se justifica pedido de decisão sobre ocorrência ou não de prescrição retroativa;
- IV- aplica-se o princípio da detração penal (art. 42 do C. Penal) no enquadramento da situação nos incisos do art. 109 do Código Penal, para contagem da prescrição retroativa (C. Penal, art. 110);
- V- no crime continuado, não se leva em conta, para o cálculo da prescrição, o aumento da pena resultante da continuação.

- A) São verdadeiras somente as afirmativas I, II e IV.
- B) São falsas somente as afirmativas II e V.
- C) São verdadeiras somente as afirmativas I e V.
- D) São falsas somente as afirmativas III e IV.

46. Afirmar, falsamente, que o Delegado Fiscal arquivou um processo de multa tributária instaurado contra um amigo seu, constitui crime de:

- A) calúnia, sem possibilidade de retratação;
- B) difamação, com possibilidade de retratação;
- C) calúnia, com possibilidade de retratação;
- D) prevaricação.

47. O Delegado de Polícia, que se recusa a instaurar inquérito policial requisitado por Procurador da República, comete o crime de:

- A) resistência;
- B) desobediência;
- C) condescendência administrativa;
- D) prevaricação.

48. Pode-se obter o livramento condicional, cumprido:
- I- um terço da pena, no caso de crime de peculato, desde que o condenado não seja reincidente específico;
 - II- mais da metade da pena, no caso de crime de homicídio qualificado, desde que o condenado não seja reincidente específico;
 - III- mais de dois terços da pena, no caso de crime de tráfico internacional de tóxico, se o apenado não for reincidente específico em crime dessa natureza;
 - IV- mais de um terço da pena, no caso de crime de homicídio qualificado, bastando que o apenado não seja reincidente em crime doloso.
- A) São verdadeiras as afirmativas I e II.
 - B) São falsas as afirmativas I, II e IV.
 - C) São verdadeiras as afirmativas III e IV.
 - D) São falsas as afirmativas II, III e IV.
49. Quem vende ou expõe à venda ovos da fauna silvestre:
- A) comete contravenção penal;
 - B) está sujeito a multa administrativa;
 - C) comete crime assemelhado ao de caça;
 - D) responde por crime contra a administração ambiental.
50. O proprietário de uma empresa que possui o monopólio de um produto, elevando sem justa causa o preço do bem, aproveitando-se da sua posição dominante no mercado, comete:
- A) crime contra a ordem econômica;
 - B) ilícito exclusivamente fiscal;
 - C) crime de estelionato;
 - D) crime contra relações de consumo.
51. A pena restritiva de direito, que é autônoma:
- A) pode substituir a pena privativa de liberdade, independentemente da sua espécie e do tipo do crime, desde que não cometido com violência ou grave ameaça, quando ela for aplicada por prazo não superior a 4 (quatro) anos;
 - B) deve vir imposta na sentença como substituta da pena privativa de liberdade, não podendo ficar a critério do condenado optar entre a pena privativa de liberdade e a restritiva de direito;
 - C) poderá substituir a pena privativa de liberdade, qualquer que seja ela, se o crime for culposos;
 - D) todas as opções anteriores são verdadeiras.

52. Tício falsificou um recibo de entrega de declaração de rendimentos e bens, fabricando-o, e, posteriormente utilizou tal documento perante a Delegacia da Polícia Federal, para obter um passaporte. Responderá:

- A) pelo crime de falsificação de documento público, em concurso material com o de uso de documento falso;
- B) pelo crime de uso de documento falso, em concurso formal com o de falsificação;
- C) somente pelo crime de falsidade ideológica;
- D) somente pelo crime de falsificação de documento público.

53. Os seguintes segurados contribuem para a seguridade social mediante a aplicação de uma alíquota sobre o resultado da comercialização da produção, exceto:

- A) o arrendatário rural;
- B) o pescador artesanal;
- C) o trabalhador autônomo;
- D) o meeiro.

54. De acordo com a legislação ora vigente, constitui prova plena do exercício de atividade rural, referente a período anterior a 16 de abril de 1994:

- A) declaração do sindicato de trabalhadores rurais, homologada pelo Ministério Público;
- B) declaração do Ministério Público;
- C) comprovante de cadastro do INCRA, no caso de produtores em regime de economia familiar;
- D) declaração do sindicato de trabalhadores rurais, homologada por autoridades constituídas, definidas pelo CNPS.

55. Não constitui benefício ou serviço da Previdência Social:

- A) reabilitação profissional;
- B) auxílio-reclusão;
- C) serviço social;
- D) auxílio-funeral.

56. Depende de carência a concessão de:
- A) auxílio-doença nos casos de acidente de qualquer natureza ou causa e de doença profissional ou do trabalho;
 - B) aposentadoria por invalidez;
 - C) pensão por morte;
 - D) auxílio-acidente.
57. De acordo com a legislação ora vigente, as afirmativas seguintes são verdadeiras, exceto:
- A) a pensão por morte será devida a contar do óbito do segurado, quando requerida até trinta dias depois deste;
 - B) a pensão por morte será devida a contar do requerimento, quando requerida após trinta dias depois do óbito do segurado;
 - C) a pensão por morte será devida a contar da decisão judicial, proferida após seis meses do desaparecimento do segurado, em consequência de acidente, desastre ou catástrofe;
 - D) a pensão por morte será devida a contar da decisão judicial, no caso de morte presumida do segurado.
58. É segurado especial, contribuindo nesta qualidade, desde que exerça suas atividades individualmente ou em regime de economia familiar, sem empregados permanentes, exceto:
- A) o parceiro;
 - B) o garimpeiro;
 - C) o produtor rural;
 - D) o pescador artesanal.
59. À luz do direito constitucional vigente, as afirmativas seguintes são verdadeiras, exceto:
- A) o salário-família será devido apenas ao segurado que tenha renda bruta mensal igual ou inferior a R\$ 360,00 (trezentos e sessenta reais);
 - B) o auxílio-reclusão será devido apenas aos dependentes do segurado de baixa renda;
 - C) é vedada a filiação ao regime geral de previdência social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa integrante de regime próprio de previdência;
 - D) serão definidos em lei ordinária específica os casos de atividades exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, ensejando a adoção de requisitos e critérios diferenciadores para a concessão de aposentadoria aos beneficiários do regime geral de previdência social.

60. As afirmativas seguintes são verdadeiras, exceto:
- A) o segurado em gozo de aposentadoria especial, que continuar no exercício de atividade ou operação que o sujeite aos agentes nocivos à saúde ou à integridade física, ensejadores de aposentadoria especial, terá a sua aposentadoria cancelada;
 - B) o auxílio-acidente pode ser acumulado com o recebimento de salário ou a concessão de outro benefício, exceto o de aposentadoria;
 - C) a renda mensal da pensão por morte corresponde a 100% (cem por cento) do salário-de-benefício;
 - D) a renda mensal vitalícia foi extinta, como benefício vinculado à Previdência Social, ficando garantido o direito ao requerimento daquele benefício, ao INSS, até 31 de dezembro de 1995.
61. Assinale a única alternativa incorreta:
- A) a transação é admissível quanto a direitos patrimoniais de caráter privado;
 - B) recaindo a transação sobre direitos contestados em juízo, deverá, obrigatoriamente, ser feita mediante termo nos autos;
 - C) a transação não deve ser interpretada de modo extensivo;
 - D) pode-se estipular, em transação, a cláusula penal.
62. Quanto aos contratos, assinale a única alternativa correta:
- A) é suficiente, para que um contrato seja classificado como comutativo, que dele resultem obrigações para ambas as partes;
 - B) contrato unilateral é aquele formado por apenas uma parte;
 - C) a exceção do contrato não cumprido pode ser argüida nos contratos unilaterais;
 - D) os contratos benéficos devem ser interpretados estritamente. /
63. Sobre cláusula penal, assinale a única alternativa correta:
- A) só pode ser estipulada no mesmo instrumento em que for pactuada a obrigação principal;
 - B) no caso de descumprimento da obrigação, só pode ser exigida se o credor provar que, em virtude do inadimplemento, sofreu prejuízo;
 - C) seu valor não pode exceder o da obrigação principal;
 - D) não pode ser instituída em contratos comutativos.
64. Pedro promete a Ricardo que, caso este último obtenha graduação em Direito, lhe dará um automóvel. Trata-se de ato sujeito a:
- A) encargo;
 - B) condição suspensiva;
 - C) condição resolutiva;
 - D) termo.

65. Quanto ao ato jurídico viciado por coação, assinale a única alternativa correta:
- A) trata-se de ato nulo de pleno direito;
 - B) cuida-se de ato anulável;
 - C) trata-se de ato inexistente; ✓
 - D) ocorre quando uma das partes o pratica em razão de temor reverencial.

66. Everaldo devia, a Homero, dez sacas de arroz. No dia do pagamento, o devedor entregou, ao credor, as referidas sacas do alimento. Ocorre que, na verdade, as dez sacas de arroz pertenciam a Joaquim. Levando em conta que Homero recebeu as sacas de arroz de boa-fé e que as consumiu, assinale a única alternativa correta:

- A) Homero deverá pagar, a Joaquim, o equivalente, em dinheiro, às sacas de arroz, pois se cuida, no caso, de obrigação de dar coisa certa e alienação feita por quem não era o proprietário da coisa entregue;
- B) nada se poderá reclamar de Homero, em virtude de sua boa-fé;
- C) Homero deverá adquirir, no mercado, dez sacas de arroz da mesma qualidade das que recebeu e entregá-las a Joaquim, pois se trata de obrigação de dar coisa incerta e alienação feita por quem não era o proprietário da coisa entregue;
- D) Homero deverá responder, perante Joaquim, pelas perdas e danos que este sofreu.

67. Tendo em conta as proposições abaixo, assinale a única alternativa correta:

- I- se dois indivíduos falecerem na mesma ocasião, não se podendo averiguar se algum dos comorientes precedeu ao outro, presumir-se-á falecido em primeiro lugar o que contar, à data dos óbitos, com mais idade;
 - II- ao completar 18 (dezoito) anos de idade, o indivíduo fica habilitado para todos os atos da vida civil;
 - III- capacidade civil e personalidade são sinônimos; ✓
 - IV- apenas os maiores de 21 (vinte e um) anos de idade são capazes de direitos e obrigações na ordem civil.
- A) São corretas apenas as afirmativas II e IV.
 - B) Todas as afirmativas são incorretas.
 - C) São corretas apenas as afirmativas I e II.
 - D) Apenas a afirmativa I é correta.

68. Assinale a única alternativa correta:

- A) o mútuo civil de dinheiro presume-se remunerado;
- B) o mandatário só pode substabelecer se houver, no mandato, poderes expressos para tanto;
- C) o comodatário poderá cobrar do comodante as despesas feitas com o uso e gozo da coisa emprestada;
- D) a compra e venda, quando pura, considera-se obrigatória desde que as partes consintam sobre a coisa e o preço.

69. Assinale a única alternativa correta:

- A) o aval, dada a sua autonomia, pode ser dado em documento estranho ao título de crédito a que se refere;
- B) o endosso "em preto" é aquele no qual o endossante não indica a quem se destina;
- C) o aval, dada sua característica de garantia acessória, impõe ao credor que, vencido o título de crédito, promova, em primeiro lugar, execução contra o devedor principal;
- D) não é admissível nota promissória "ao portador".

70. Quanto à sociedade por quotas de responsabilidade limitada, assinale a única alternativa correta:

- A) se omissos o contrato social, o uso da firma cabe ao sócio majoritário;
- B) é admissível a presença de sócio que, embora não subscreva quotas do capital social, dedique-se ao trabalho e à sociedade;
- C) tem o sócio que divergir de alteração do contrato social, direito de recesso;
- D) a gerência da sociedade pode recair em pessoa estranha a esta.

71. Assinale a única alternativa correta:

- A) as instituições financeiras públicas federais estão sujeitas à liquidação extrajudicial, decretada pelo Banco Central do Brasil;
- B) a interrupção da prescrição relativa a obrigações de responsabilidade da instituição financeira é um dos efeitos imediatos da decretação de sua liquidação extrajudicial;
- C) não existe falência de instituição financeira privada;
- D) a execução da liquidação extrajudicial de instituição financeira fica a cargo de liquidante, nomeado pelo Conselho Monetário Nacional.

72. Assinale a única alternativa correta:

- A) o direito de passagem inocente não se aplica ao mar territorial;
- B) a soberania do Estado costeiro sobre seu mar territorial não alcança o leito deste mar;
- C) os recursos naturais da plataforma continental podem ser explorados, soberanamente, pelo Estado costeiro;
- D) o direito de passagem inocente aplica-se às águas interiores

73. Assinale a única alternativa incorreta:

- A) segundo as regras das Convenções de Chicago, toda aeronave utilizada em tráfego internacional deve possuir uma única nacionalidade;
- B) o Estado exerce soberania sobre seu espaço aéreo;
- C) as Convenções de Chicago cuidam de todos os aspectos da aviação civil internacional, inclusive a responsabilidade do transportador em caso de acidente aeronáutico;
- D) é livre a navegação aérea militar sobre o alto-mar.

74. John, diplomata canadense servindo no Brasil, envolveu-se em áspera discussão com Pierre, também diplomata daquele País. Da discussão, travada na sede da Embaixada do Canadá no Brasil, resultaram agressões físicas a Pierre, levadas a efeito por seu colega acima mencionado. Levando em conta que as agressões causaram a Pierre lesões corporais gravíssimas, este pretende que John seja responsabilizado, criminalmente, perante a Justiça brasileira. Diante deste quadro, assinale a única alternativa correta:

- A) John só poderá ser processado e julgado perante a Justiça brasileira se ele próprio renunciar à imunidade de que dispõe;
- B) John poderá ser processado e julgado perante a Justiça brasileira, porque a imunidade concedida aos representantes diplomáticos se restringe à jurisdição civil;
- C) John poderá ser processado e julgado perante a Justiça brasileira se o Estado do Canadá renunciar, no caso, à imunidade à jurisdição;
- D) John não poderá ser processado e julgado perante a Justiça brasileira em hipótese alguma, pois a imunidade à jurisdição não pode ser objeto de renúncia.

75. Quanto à sentença estrangeira, assinale a única alternativa correta:

- A) tem eficácia imediata no Brasil, independentemente de homologação prévia pelo órgão competente, se disser respeito a questões relativas a direitos patrimoniais disponíveis;
- B) pode ser homologada, ainda que não tenha passado em julgado;
- C) prescinde, para que seja homologada, de autenticação consular;
- D) será executada, após sua homologação pelo Supremo Tribunal Federal, pela Justiça Federal de 1º grau.

76. Assinale a alternativa correta:

- A) compete à Justiça Federal de primeiro grau a concessão de **exequatur** às cartas rogatórias;
- B) após o **exequatur**, que é concedido pelo Superior Tribunal de Justiça, as cartas rogatórias são executadas pela Justiça Estadual da unidade da federação onde deva ser praticado o ato nelas solicitado;
- C) após o **exequatur**, que é concedido pelo Superior Tribunal de Justiça, as cartas rogatórias são executadas pela Justiça Federal de primeiro grau;
- D) após o **exequatur**, que é concedido pelo Supremo Tribunal Federal, as cartas rogatórias são executadas pela Justiça Federal de primeiro grau.

77. Manoel, português de nascimento, reside permanentemente no Brasil há 30 anos. Após brilhante carreira política, como Deputado Federal, foi eleito, por seus pares, Presidente da Câmara dos Deputados. Diante deste quadro, assinale a única alternativa correta:

- A) Manoel não poderá assumir o cargo, que é privativo de brasileiro nato;
- B) Manoel só poderá assumir o cargo caso haja, em Portugal, reciprocidade em favor dos brasileiros;
- C) Manoel poderá assumir o cargo, porque aos portugueses com residência permanente no Brasil são atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro nato, mesmo não havendo reciprocidade, em Portugal, em favor dos brasileiros;
- D) Manoel poderá assumir o cargo, porque este não é privativo de brasileiro nato.

78. Márcia, brasileira e Procuradora da Fazenda Nacional, viajou aos Estados Unidos da América do Norte, para participar de negociações oficiais relativas à dívida externa brasileira. Ocorre que, ao deixar o Brasil, estava grávida, vindo a dar à luz naquele País estrangeiro. Diante deste quadro, assinale a única alternativa correta:

- A) o filho de Márcia será considerado brasileiro nato, desde que seja registrado em repartição brasileira competente naquele País estrangeiro;
- B) o filho de Márcia será considerado brasileiro nato, desde que venha a residir no Brasil antes da maioridade e, alcançada esta, opte em qualquer tempo pela nacionalidade brasileira;
- C) o filho de Márcia não será considerado brasileiro nato, mas terá, por ser filho de mãe brasileira, preferência para adquirir a nacionalidade brasileira por naturalização;
- D) o filho de Márcia é brasileiro nato, pois sua mãe é brasileira e estava, quando deu à luz, a serviço da República Federativa do Brasil.

79. No direito processual civil brasileiro, o juiz conhecerá, de ofício, das seguintes matérias, exceto:

- A) ilegitimidade de parte;
- B) decadência, ainda que se trate de direitos patrimoniais;
- C) prescrição, não se tratando de direitos patrimoniais;
- D) incompetência relativa.

80. No direito processual civil brasileiro, as afirmativas seguintes são verdadeiras, exceto:

- A) a citação válida interrompe a prescrição, quando ordenada por juiz incompetente;
- B) a citação válida interrompe a prescrição, com efeitos desde a data em que a ação é distribuída, onde houver mais de uma vara;
- C) a revelia do executado, citado por edital ou por hora certa, não exige a nomeação de curador especial;
- D) a citação válida interrompe a prescrição, com efeitos desde a data da propositura da ação.

81. A alteração do pedido ou da causa de pedir, após citado o réu:

- A) não é possível, em qualquer hipótese, em face do princípio da estabilização da relação processual;
- B) pode ser feita, com o consentimento do réu, até o saneamento do processo;
- C) pode ser feita, com o consentimento do réu, enquanto não proferida a sentença;
- D) todas as alternativas estão incorretas.

82. As afirmativas seguintes são verdadeiras, exceto:

- A) a oposição poderá ser oferecida até ser proferida a sentença, tanto nas ações reais, como nas ações pessoais, sendo incabível no procedimento sumário;
- B) havendo denunciação da lide, pelo réu, nas hipóteses legais, o juiz, ao julgar a ação procedente, decidirá, na mesma sentença, a demanda derivada entre o denunciante e o denunciado, valendo a sentença como título executivo;
- C) a nomeação à autoria, nas hipóteses previstas na lei processual, é obrigatória, e, se o nomeado for aceito pelo autor, não ocorre a extromissão da parte nomeante;
- D) na assistência litisconsorcial o interveniente atua para evitar sentença, com força de **res judicata**, que possa influir na relação jurídica entre ele e o adversário do assistido.

83. É correto afirmar-se que:

- A) proposta a execução fiscal, a posterior mudança de domicílio do executado desloca a competência para o Juízo do novo domicílio;
- B) as causas de acidente do trabalho são processadas e julgadas pelo Juiz Estadual da Comarca em que tem domicílio o segurado, com recurso para o respectivo Tribunal Regional Federal;
- C) a presença da União Federal, na ação de usucapião especial de terras devolutas federais, afasta a competência do Juiz de Direito da Comarca na qual situado o imóvel usucapiendo;
- D) na execução por carta, compete ao juízo deprecado decidir os embargos do devedor que versarem apenas sobre vícios ou defeitos da penhora, avaliação ou alienação de bens.

84. Dispõe o Código de Processo Civil que:

- A) a parte que alegar direito municipal, estadual ou estrangeiro está obrigada, independentemente de determinação judicial, a provar-lhe o teor e a vigência;
- B) a confissão judicial de um cônjuge não valerá sem a do outro, nas ações que versarem sobre bens imóveis ou direitos sobre imóveis alheios;
- C) a intimação da testemunha para comparecimento à audiência não pode ser feita pelo correio, sob registro, mesmo que ela tenha residência certa;
- D) na perícia, os assistentes técnicos, como auxiliares da Justiça, estão sujeitos a impedimento ou suspeição.

85. A sentença:

- A) produz o efeito de coisa julgada quanto à sua motivação;
- B) que julgar procedente a ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, pode, desde que requerido pelo autor, impor multa diária ao réu, se for suficiente ou compatível com a obrigação;
- C) após publicada, pode ser alterada por meio de embargos de declaração, se nela houver dúvida;
- D) **citra petita**, que rejeita o pedido principal, sem apreciar o subsidiário ou sucessivo, é nula.

86. As afirmativas seguintes são verdadeiras, exceto:

- A) o Ministério Público tem legitimidade para recorrer no processo em que oficiou como fiscal da lei, ainda que não haja recurso da parte;
- B) a sentença proferida, em ação ordinária, contra autarquia e fundação pública, está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal;
- C) interpostos embargos de declaração, o prazo para a interposição de outros recursos, por qualquer das partes, recomeça a correr, por inteiro, a partir da intimação da sentença ou do acórdão de embargos de declaração;
- D) recebida a apelação e contra-arrazoada, o juiz não mais pode reexaminar os pressupostos de admissibilidade do recurso.

87. No processo de execução:

- A) quando a determinação do valor da condenação depender apenas de cálculo aritmético, os autos serão remetidos à contadoria judicial, para sua elaboração, e, após ouvidas as partes, será homologado pelo juiz;
- B) em que o credor pedir o cumprimento de obrigação de fazer, determinada em título judicial, o juiz, se omissa a sentença, não poderá fixar multa por dia de atraso no cumprimento da obrigação;
- C) os embargos do devedor terão, em algumas hipóteses, efeito suspensivo;
- D) a falta de impugnação dos embargos do devedor não produz, em relação à Fazenda Pública, os efeitos da revelia.

88. As afirmativas seguintes são incorretas, exceto:

- A) a ação principal deve ser proposta no prazo de trinta dias a partir da publicação da sentença que julgar procedente a cautelar, quando esta for requerida em procedimento preparatório;
- B) interposto o recurso na ação principal, compete ao juiz de primeiro grau conhecer de pedido de medida cautelar incidental, enquanto os autos da lide principal não forem remetidos ao tribunal;
- C) terá efeito apenas devolutivo a apelação interposta contra sentença proferida em ação cautelar, contra pessoa jurídica de direito público, e que importe em outorga ou adição de vencimentos;
- D) a ação monitória pode ser ajuizada com base em documento particular assinado pelo devedor, reconhecendo a dívida, mas não assinado por duas testemunhas.

89. Quanto ao mandado de segurança coletivo é correto afirmar-se, exceto:

- A) representa exceção à regra geral, no sentido de que ninguém poderá pleitear, em nome próprio, direito alheio;
- B) constitui hipótese de substituição processual;
- C) constitui hipótese de legitimação **ad causam** extraordinária;
- D) constitui hipótese de representação processual.

90. Em execução fiscal:

- A) movida contra sociedade por quotas, o sócio-gerente, citado em nome próprio, tem legitimidade para opor embargos de terceiro, visando livrar da constrição judicial seus bens particulares;
- B) não haverá necessidade de segundo leilão, se no primeiro não houver lance superior à avaliação;
- C) a desistência da execução fiscal, após oferecidos os embargos à execução, não exime o exequente dos encargos da sucumbência;
- D) o executado será citado para, no prazo de dez dias, pagar a dívida ou garantir a execução.

91. O inquérito policial de crimes da competência da Justiça Federal:

- A) deve ser concluído no prazo de 15 (quinze) dias, quando o indiciado estiver preso;
- B) deve ser concluído no prazo de 10 (dez) dias, quando o indiciado estiver preso;
- C) estando o indiciado preso, pode ter seu prazo de conclusão prorrogado por um único período;
- D) as opções A e C são verdadeiras.

92. Busca domiciliar autorizada pela esposa do acusado resultou em apreensão de certa quantidade de substância entorpecente de propriedade do réu. Posteriormente, foi apreendida mais uma partida da mesma substância em poder de terceiros, comprovando-se que também pertencia ao réu. Condenado este:

- A) pode anular o feito, ao argumento de que a primeira apreensão em sua residência, por autorização exclusiva da sua esposa, é prova obtida por meio ilícito;
- B) apesar da nulidade da apreensão da droga em sua residência, não pode anular o processo em virtude do fato de que toda a droga apreendida em poder dos demais réus também pertencia a ele, não se apoiando a condenação apenas na apreensão de droga em sua residência;
- C) nada pode fazer por inexistir ilicitude ou nulidade na apreensão feita em sua residência, já que autorizada a busca pela sua esposa;
- D) não pode alegar a nulidade da prova, por ter sido obtida por meio ilícito, em virtude da preclusão processual.

93. Josefino Serapiano Catulima, acusado de ter falsificado Certificado de Regularidade de Contribuições do INSS, imitando, inclusive, a assinatura do servidor, foi intimado para comparecer perante a autoridade para fornecer padrões gráficos do próprio punho para exames periciais.

- A) É obrigado a comparecer e fornecer o material gráfico, escrevendo o que lhe for ditado.
- B) Não é obrigado a fornecer os padrões gráficos do próprio punho, em virtude do privilégio contra a auto-incriminação.
- C) É obrigado a fornecer os padrões do próprio punho, via carta precatória, se estiver em outra localidade.
- D) Em não comparecendo ou não fornecendo o material gráfico do próprio punho, cometerá o crime de desobediência.

94. Em matéria de citação, no processo penal, podemos afirmar:

- I- a citação do réu, que estiver no território sujeito à jurisdição do juiz, é obrigatória, mesmo que o réu esteja preso;
- II- verificando-se que o réu se oculta para não ser citado, far-se-á a citação com hora certa;
- III- quando incerta a pessoa a ser citada, far-se-á a citação por edital;
- IV- o prazo do edital de citação será fixado pelo juiz sempre entre 15 (quinze) e 90 (noventa) dias;
- V- citado o acusado por edital, se não comparecer, nem constituir advogado, prosseguir-se-á no feito à sua revelia.

- A) Somente a afirmativa III é verdadeira.
- B) As afirmativas I, II e IV são verdadeiras.
- C) Somente a afirmativa IV é verdadeira.
- D) As afirmativas I e V são verdadeiras.

95. Sendo inepta a denúncia:
- A) pode ser decretada sua nulidade a qualquer tempo;
 - B) pode ser suprida em qualquer tempo;
 - C) só pode ser argüida sua nulidade antes de proferida a sentença condenatória;
 - D) será considerada sanada pela apresentação da defesa prévia.
96. A confissão, no processo penal:
- A) é ficta, diante do silêncio do réu no interrogatório;
 - B) é prova suficiente para a sentença condenatória;
 - C) é irretratável;
 - D) deverá ser confrontada com as demais provas dos autos.
97. A intimação, no processo penal, será:
- A) sempre pessoal ao defensor, via mandado;
 - B) sempre pessoal ao defensor e ao réu, via mandado;
 - C) feita por publicação no órgão de divulgação dos atos judiciais, no caso do defensor indicado pelo réu;
 - D) sempre por carta precatória, na hipótese de defensor residente em localidade fora da sede do juízo federal.
98. Acusados os titulares de empresa industrial por crimes de falta de recolhimento de contribuições do INSS descontadas dos empregados e falta de recolhimento de ICMS recebido dos clientes, o processo iniciado perante a Justiça Federal:
- A) será desmembrado, remetendo-se ao Juízo Estadual as peças referentes ao crime de falta de recolhimento do ICMS, permanecendo as peças relativas à falta de recolhimento das contribuições do INSS perante a Justiça Federal;
 - B) nela prosseguirá em virtude da conexão;
 - C) nela prosseguirá em virtude da continência;
 - D) nela prosseguirá em virtude da prevenção.
99. Juazelite Carolina Breis, residente em Brasília-DF, trouxe do Paraguai, via Ponte da Amizade em Foz do Iguaçu-PR, 100 (cem) televisores de fabricação estrangeira. Apreendida a mercadoria quando passava por São Paulo, capital, o Ministério Público Federal oferece denúncia ao Juiz Federal em São Paulo. A competência, no caso:
- A) é do Juiz Federal do Paraná, pelo princípio do lugar da consumação, já que a mercadoria foi introduzida no País, no Estado do Paraná;
 - B) é do Juiz Federal da residência do réu, já que o destino final da mercadoria seria Brasília-DF;
 - C) é do Juiz Federal de Brasília-DF, por se tratar de crime cujo início ocorreu em território estrangeiro;
 - D) é do Juiz Federal de São Paulo, em virtude do princípio da prevenção.

100. Arquivado o inquérito policial por decisão judicial, a pedido do Ministério Público:

- A) pode ser iniciada ação penal por denúncia do Procurador da República, em qualquer caso;
- B) a ação penal pode ser iniciada desde que haja novas provas;
- C) não pode ser desarquivada senão após pronunciamento da defesa;
- D) só pode ser iniciada a ação penal por determinação do Procurador Geral da República.